

ajudas de custo e despesas de transporte, aquando de deslocações em serviço nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril;

1.5 — Autorizar a utilização de veículo próprio em serviço oficial, nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 50/78, de 28 de Março, e do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril;

1.6 — Autorizar a inscrição e participação dos trabalhadores em congressos, seminários, estágios, reuniões, colóquios, cursos de formação e outras acções de idêntica natureza no estrangeiro, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 371/79, de 31 de Dezembro.

2 — De gestão orçamental e de realização de despesas:

2.1 — Nos termos da alínea c) do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, desde que precedidas do cumprimento dos procedimentos previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP), autorizar todas as despesas referentes à locação de bens móveis ou aquisição de serviços, bem como a empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 200 000;

2.2 — Autorizar a realização de despesas com seguros de viagem, nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

B — No âmbito da gestão orçamental referente ao orçamento do meu Gabinete:

1 — Autorizar as alterações orçamentais constantes da parte final do n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de Abril;

2 — Assinar os pedidos de libertação de créditos e respectivos pedidos de autorização de pagamentos, a enviar mensalmente à respectiva delegação da Direcção-Geral do Orçamento, nos termos dos artigos 17.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho;

3 — Autorizar a antecipação de duodécimos, total ou parcialmente, até ao limite da competência atribuída aos titulares de cargos de direcção superior de 1.º grau, nos termos estabelecidos pelo decreto-lei que fixa as normas de execução do Orçamento do Estado.

C — No âmbito da gestão orçamental do Ministério da Economia e da Inovação:

Autorizar a redistribuição de cativos, nos termos previstos pela lei do Orçamento do Estado.

II — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura, ficando ratificados todos os actos que, no âmbito dos poderes ora delegados e subdelegados, tenham sido praticados desde 6 de Julho de 2009.

11 de Setembro de 2009. — O Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, *Fernando Pereira Serrasqueiro*.
202321527

Direcção Regional da Economia do Algarve

Despacho n.º 21382/2009

Pelo meu despacho de 6 de Junho de 2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 119, de 23 de Junho, com o n.º 16868/2008, procedi à nomeação, em regime de substituição, do titular do cargo de direcção intermédia do 1.º grau, de Director de Serviços da Indústria e dos Recursos Geológicos, nos termos e para efeitos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, até estar concluído o procedimento de recrutamento, selecção e provimento do referido cargo, nos termos do disposto nos artigos 20.º e 21.º do mesmo diploma.

Concluído o respectivo procedimento concursal, sem que existisse candidato que reunisse condições para ser nomeado, importa proceder, de novo, e nos mesmos termos, à nomeação, em regime de substituição, do titular do cargo de direcção intermédia do 1.º grau supra referido.

1 — Assim, nomeio, em regime de substituição para o cargo de direcção intermédia de 1.º grau de Director de Serviços da Indústria e dos Recursos Geológicos, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma lei, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, atento o disposto no artigo 1.º da Portaria n.º 537/2007, de 30 de Abril, a licenciada Maria Fernanda Alves de Oliveira, que preenche os requisitos legais, com perfil profissional adequado, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante:

2 — O presente despacho produz efeitos a esta data.

6 de Agosto de 2009. — O Director Regional, *José Leite Pereira*.

ANEXO

Curriculum vitae

1 — Dados Biográficos:

Nome: Maria Fernanda Alves de Oliveira;

Local e data de nascimento — Lourinhã, 30 de Setembro de 1963;

Bilhete de Identidade: 6577610, de 02/02/27, do Arquivo de Identificação de Lisboa.

2 — Habilitações Literárias — licenciatura em Direito (menção “Ciências Jurídicas”) Pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1990).

3 — Habilitações profissionais mais significativas (acções de formação):

«Sistemas de implantação da qualidade de serviço», «Qualidade total», «O jurista e o ambiente», «O direito administrativo e o Código do Procedimento Administrativo», «NP EN ISSO 9000», «Entrevista de selecção de pessoal», «Expropriação por utilidade pública», «Meio Ambiente e riscos tecnológicos», «Regime jurídico das despesas públicas», «A importância da participação pública no processo de AIA», «Licença ambiental — PCIP», «Gestão de tempo», «Protocolo nos serviços públicos», «Técnicas de apresentação», «Gestão de resíduos», «A lei dos Dirigentes», «Segurança Alimentar HACCP e pré-requisitos» e «Criação de páginas na Internet».

4 — Actividade Profissional:

1983-86 — Tarefa nos Serviços Geológicos de Portugal;

1986-90 — Secretária de Direcção do Serviço de Cartografia Geológica dos S.G.P.;

Janeiro/91 — Transferência, a seu pedido, para o gabinete jurídico da Direcção de Serviços Regional de Lisboa da D.G.G.M. (ex-Circunscrição Mineira do Sul);

Setembro/91 — Transferência para o Quadro de Pessoal da Delegação Regional da Indústria e Energia de Lisboa e Vale do Tejo (DRIELVT) Por motivos de reestruturação orgânica;

Abril/92 — Início do estágio de técnica superior de 2.ª (área “Apoio Jurídico” do Quadro de Pessoal da Secretaria Geral do M.I.E., a desempenhar funções na DRIELVT);

Janeiro/95 — Transferência, a seu pedido, para a Direcção de Serviços da Indústria e Qualidade Industrial da DRIEAG;

Agosto/99 — Nomeada técnica superior de 1.ª, na DRE-Algarve.

Novembro/03 — Nomeada Assessora (Lei dos Dirigentes).

Novembro/05 — Nomeada Assessora Principal (Lei dos Dirigentes + SIADAP).

5 — Cargos de Chefia:

Novembro/97 — chefe de divisão da Indústria da DSIQI da DRAGE;

Abril/99 — directora de serviços da Indústria da DRE-Algarve;

Maio/99 — designada substituta do director regional, nas suas faltas e impedimentos;

Janeiro/04 — Directora de Serviços da Indústria e dos Recursos Geológicos, em gestão corrente.

Julho/04 — Nomeada, precedendo concurso, Directora de Serviços da Indústria e dos Recursos Geológicos da DRE-Algarve.

Novembro/05 — Nomeada Assessora Principal (Lei dos Dirigentes + SIADAP).

Maio/07 — Directora de Serviços da Indústria e dos Recursos Geológicos, em gestão corrente.

6 — Comissões/grupos de trabalho:

Membro de diversas comissões de acompanhamento no âmbito dos contratos de adaptação ambiental (pedras naturais, cerâmica, cortiça, construção e reparação naval);

Representante das delegações regionais de economia no grupo de trabalho «Preparação da revisão do regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional»;

Membro da Comissão de Acompanhamento dos Estudos Integrados de Exploração, Recuperação e Avaliação de Impactes Ambientais do Núcleo dos Barreiros de Silves (Algoz) E do Núcleo de Pedreiras de Calcário da Quinta do Escarpão (Albufeira);

Representante das DRE no grupo de trabalho (DRE/IGAE/CACME), com o objectivo de estudar e propor a forma de efectivar a transferência de competências;

Membro da comissão de acompanhamento do contrato de melhoria contínua do desempenho ambiental para o sector cimenteiro;

Membro da comissão de análise e acompanhamento do Plano de Pormenor do Parque Industrial de Santa Margarida (Tavira) E da Zona de S. Brás de Alportel;

Membro das comissões mistas de acompanhamento dos Planos Directores Municipais de Vila Real de Santo António, Lagos, Tavira, Portimão, Silves, Albufeira e Faro e dos Planos de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e do Parque Natural da Ria Formosa;

Membro dos GT — Simplex 2006 e Simplex 2007, para o Licenciamento Industrial.

7 — Outras actividades:

Apresentou, em congressos e seminários nacionais e internacionais, diversas palestras no âmbito da indústria transformadora e dos recursos geológicos;

Formadora em diversas acções com módulos relacionados com a indústria transformadora e com os recursos geológicos;

Vogal efectivo da direcção nacional da LPN — Liga para a Protecção da Natureza (1991-1994);

Exercício de advocacia (1991 — 1994).

202316295

**Instituto Nacional de Engenharia,
Tecnologia e Inovação, I. P.**

Aviso n.º 16566/2009

Por despacho de 2009.05.21 do Presidente do Conselho Directivo do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I. P., e nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 19.º e artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 219/92, de 15 de Outubro, aplicável por força do disposto no n.º 1 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril, foi nomeado o júri das provas de acesso, à categoria de Investigador Auxiliar, requeridas pelo Assistente de Investigação João Carlos de Brito Dinis, com a seguinte composição:

Presidente: Prof.ª Doutora Maria Teresa Pereira da Silva Ponce de Leão, Presidente do Conselho Directivo do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I. P.

Presidente em caso de indisponibilidade do Presidente do Júri: Doutora Isabel Maria Palma Aleixo Cabrita, Investigadora Coordenadora do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I. P./Departamento de Engenharia Energética e Controlo Ambiental (DEECA)

Vogais: Doutora Maria Beatriz Carmo, Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa /Departamento de Informática.

Doutora Margarida Paula Neves Mamede, Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa/ Departamento de Informática

Doutor António F. Limas Serafim, Investigador Principal do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação/Departamento de Electrónica

Doutor José Manuel Vicente Rebordão, Investigador Coordenador do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, IP/Laboratório de Apoio às Actividades Aeroespaciais e Professor Associado Convocado com Agregação.

A data e o local da realização das provas de habilitação serão marcados por Edital da Presidente do Júri.

15 de Setembro de 2009. — A Chefe de Divisão, *Michele Branco*.
202315833

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS**

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 21383/2009

Nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 116/98, de 5 de Maio, reconheço ao licenciado Nuno Miguel Nogueira Tuna Rabiço, trabalhador contratado para preencher um posto de trabalho da carreira de médico veterinário, por tempo indeterminado, do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Castanheira de Pêra, conforme aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 126, de 2 de Julho de 2008, o direito ao abono da remuneração a cargo do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, de harmonia com o n.º 1 do artigo 5.º do

referido diploma, com efeitos a partir da data da conclusão com sucesso do período experimental, ocorrida em 30 de Maio de 2009.

17 de Setembro de 2009. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

202322678

Despacho n.º 21384/2009

O despacho n.º 7337/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 11 de Março de 2009, veio adaptar as medidas no âmbito do plano de vigilância e controlo da febre catarral ovina realizadas pelas organizações de produtores pecuários (OPP) e o valor pago pelo Estado português por tais acções, considerando a evolução da doença e a participação financeira da Comunidade Europeia.

Atendendo às características específicas do efectivo pecuário português, designadamente a sua dispersão geográfica, há que proceder à revisão dos valores pagos por aquelas acções, o que se faz pelo presente despacho.

Assim, ao abrigo do n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 178/2007, de 9 de Fevereiro, determino o seguinte:

1 — É alterado o n.º 4 do despacho n.º 7337/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 11 de Março de 2009, o qual passa a ter a seguinte redacção:

«4 — O Estado participa ainda o pagamento das despesas com o acto vacinal e colheitas de sangue no âmbito do programa de vigilância nos seguintes montantes:

- a)
- b) Ovinos e caprinos:

i) Vacinação de ovinos e caprinos — € 0,75 por ovino ou caprino vacinado, independentemente do número e do tipo de doses de vacina utilizadas, acrescido de € 20 por exploração vacinada no caso de efectivos inferiores ou iguais a 20 animais;

ii) »

2 — O presente despacho produz efeitos desde 1 de Setembro de 2009.

17 de Setembro de 2009. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

202321405

**Gabinete do Secretário de Estado Adjunto,
da Agricultura e das Pescas**

Despacho n.º 21385/2009

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 6.º de Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, o licenciado António José Luz Teixeira de Almeida das funções de assessoria que tem vindo a exercer no meu Gabinete, ao abrigo do despacho n.º 16 670/2006, de 17 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 158, de 17 de Agosto de 2006.

2 — A presente exoneração produz efeitos a partir de 18 de Setembro de 2009.

15 de Setembro de 2009. — O Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas, *Luis Medeiros Vieira*.

202319535

Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Despacho n.º 21386/2009

Por meu despacho de 4 de Setembro de 2009, foi autorizada a colocação em situação de mobilidade especial (SME), por opção voluntária, ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 11.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do Despacho n.º 6303-B/2009, de 23 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 39, de 25 de Fevereiro, do seguinte trabalhador, com efeitos reportados a 1 de Novembro de 2009:

Nome	M.R.J.E. P.	Carreira/categoria	Montante pecuniário correspondente à remuneração base (em euros)
José Manuel Oliveira da Silva Tavares	CTFP, por tempo indeterminado	Assistente Técnico	1 084,76

4 de Setembro de 2009. — O Director-Geral, *José R. Estêvão*.

202318003